

IMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL A PARTIR DOS RECENTEAMENTOS POPULACIONAIS DO SÉCULO XX: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE GÊNERO¹

Hildete Pereira de Melo

Universidade Federal Fluminense

E-mail: hildete@economia.uff.br

Teresa Cristina de Novaes Marques

Universidade de Brasília

E-mail: tcnmarques@unb.br

Resumo: Este artigo examina os dados da população imigrante de origem portuguesa nos recenseamentos populacionais realizados no Brasil entre 1900 e 1980. Tem-se por propósito elaborar um perfil da população imigrante residente por sexo, distribuição regional, bem como acompanhar as mudanças ocorridas nesta população conforme os momentos de maior e menor ingresso de imigrantes lusos no país. Parte da hipótese de que, a despeito de serem os imigrantes portugueses os estrangeiros de maior presença na população brasileira ao final do século XX, os dados censitários, em função das metodologias desconstruídas com que foram produzidos, mantêm os imigrantes lusos na invisibilidade. Isto alimenta as construções do imaginário social que percebem os portugueses como um grupo imigrante sem especificidade, isto é, um grupo diluído no conjunto da população brasileira. O olhar de gênero permite concluir que o processo migratório foi masculino, mas nos dois últimos censos essa tendência foi atenuada para certo equilíbrio entre os sexos.

Palavras-chave: imigração portuguesa; demografia histórica; gênero.

¹ Este trabalho foi apresentado no VI Congresso Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Anais, Aracaju, Sergipe, 2007. Esta pesquisa contou com a colaboração de Midihã Ferreira da Silva na organização dos dados censitários.

Introdução

A discussão a respeito do papel dos imigrantes e dos negros na sociedade capitalista brasileira foi profundamente influenciada pela obra de Florestan Fernandes (1978). Tomando o caso de São Paulo como paradigma, Fernandes inaugurou uma corrente interpretativa sobre a posição do negro e do imigrante no mercado de trabalho de profunda influência entre cientistas sociais brasileiros. As conclusões deste autor foram, a nosso ver, equivocadamente generalizadas para a sociedade brasileira.²

Ao explicar a segregação dos negros no mercado de trabalho industrial, Fernandes afirmou que esta população foi incapaz de se adaptar à disciplina do trabalho industrial. Os imigrantes, por sua vez, seriam dotados de qualidades superiores aos nacionais, em termos de qualificação profissional e de escolaridade. Sustentou ainda este autor que a desagregação familiar entre os negros exerceu papel negativo na superação da miséria deste grupo social, contribuindo para o absenteísmo e para o baixo nível de dedicação ao trabalho formal entre os afrodescendentes. Embora influentes, a verdade é que os trabalhos de Fernandes têm recebido críticas de numerosos estudiosos, desde as suas primeiras edições.³

Certamente, os problemas de fontes complicam a compreensão da estrutura étnica do mercado de trabalho industrial. Mas há outras questões envolvidas. Essa tarefa exige o exame combinado de outros fatores, como a inserção dos imigrantes europeus neste mercado, além das interpretações oferecidas pelos historiadores acerca do desenvolvimento da indústria regional, em face do cenário econômico nacional. Por que incentivos à entrada de estrangeiros e não ao deslocamento da população interna? Como sabemos, esta teve papel significativo a partir da década de 1930.

Este trabalho não tratará especificamente dessa questão, limita-se a analisar o ingresso de imigrantes no país no século XX e a olhar estes dados num corte de gênero, contribuindo, acredita-se, de forma pioneira, para avaliar o papel feminino no processo migratório. Para tanto, privilegiará a imigração portuguesa para o Brasil, detalhando, quando possível, o caso do Rio de Janeiro.

As informações sobre a entrada de estrangeiros no país são provenientes de variadas fontes: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

² Ver Carlos Hasenbalg (1979, p. 158).

³ As proposições de Florestan Fernandes e de seus críticos são resenhadas por George Andrews (1991). Michael Hall (1969) esteve entre seus críticos, particularmente refutando o argumento de Fernandes com respeito à qualificação superior dos imigrantes. Sustentou Hall que os imigrantes não dispunham de qualquer treinamento prévio que os melhor qualificassem para o trabalho nas indústrias de São Paulo, e mais, os artesãos italianos que emigraram preferiram os destinos da Alemanha, ou da Bélgica, e sua presença em São Paulo foi irrelevante para o conjunto da população imigrante ingressada neste estado. Andrews (1991) explica a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal em São Paulo em função da maciça imigração de europeus, subsidiada pelo governo paulista na passagem do século XIX para o XX. Para este autor, a presença de abundante mão de obra imigrante reduziu o poder de barganha dos negros no mercado de trabalho paulista.

(INCRA), Ministério do Trabalho e Emprego. Todavia, este trabalho utilizará apenas os dados coletados nos censos demográficos realizados ao longo do século XX. Estes inquéritos, através de uma pergunta sobre país de nascimento, para pessoas não naturais do Brasil, permitem identificar os imigrantes pelo país de origem. No entanto, isto só é possível para a geração dos que imigraram. Em relação aos seus filhos, já nascidos no Brasil, a informação sobre a origem se perde. Portanto, não é possível utilizar dados censitários para estudar os descendentes dos imigrantes por mais de uma geração, a não ser por hipótese e modelos estatísticos.

Os estrangeiros nos censos demográficos brasileiros

Não há uma uniformidade a respeito das variáveis coletadas sobre a presença de estrangeiros na população brasileira nos diversos censos demográficos realizados no Brasil. Devido a isso, são poucas as variáveis que permitem a construção de uma série histórica para a questão.⁴ O primeiro censo foi feito pelo Império em 1872 e tinha como grande objetivo fazer uma contagem da população escrava e, assim, conhecer o plantel escravo e poder implementar a Lei do Ventre Livre que vigorava desde 1871. O advento da República em 1888 trouxe a preocupação com a contagem da população, o que foi feito em 1890 e em 1900. Estes dois censos apresentam muitos problemas referentes à cobertura do território nacional, e seus dados não foram usados em nossa análise. Em 1920, uma nova contagem da população foi feita, e esta será o ponto de partida deste estudo. Apenas com a criação pelo governo federal, em 1936, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a contagem da população passou a ser realizada regularmente na sociedade brasileira. A partir de 1940, realizou-se com o intervalo de dez anos.

A Tabela 1 mostra a evolução da população estrangeira e naturalizada nos diversos censos do século XX. Depois da abertura dos portos brasileiros em 1808, ao longo de todo o século XIX, milhares e milhares de estrangeiros entraram no país. O censo de 1872 aponta um total de 389.459 pessoas. A partir desta década, foram sobretudo os interesses dos fazendeiros de café que favoreceram a política de imigração de trabalhadores para estas lavouras. Estes imigrantes surgem como força de trabalho livre para o desenvolvimento da produção capitalista. De 1900 até 1930, registrou-se o auge dessa política. Levy (1974) afirma que, precisamente entre 1904 e 1930, este contingente somava 2.142.781 imigrantes. Os dados apresentados nas tabelas que se seguem mostram que os estrangeiros do sexo masculino mantiveram uma maior participação ao longo de todo o século, confirmando a ideia da primazia masculina nesse processo.

Este crescimento negativo da população estrangeira no século XX expressa os vai e vem da política imigratória nacional. Incentivos nas primeiras décadas e depois, na década de 1930, no rastro da crise econômica desencadeada pelo estouro da

⁴ Até o censo de 1960 utilizava-se a população presente e depois se passou a usar o conceito de população residente.

Bolsa de Nova York em 1929, o governo provisório de Getúlio Vargas, diante das falências e desemprego, restringe a entrada de estrangeiros e limita suas atividades no Brasil. Estabeleceu-se um sistema de quotas para a imigração na Constituição de 1934 como também na de 1937. Esta fixava uma quota de 2% anual sobre o efetivo de entradas a contar de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. Este sistema foi relativamente abrandado na Constituição de 1946 (LEVY, 1974, p. 55). Já os direitos dos imigrantes foram limitados. Além de proibidos de votar, não tinham acesso a cargos públicos, não podiam explorar atividades pesqueiras, navegação de cabotagem, profissões liberais e, por motivo de segurança nacional, não podiam ser proprietários de companhias de seguros e de meios de comunicação (LOBO, 1994, p. 191-192).

Os oito levantamentos censitários examinados neste trabalho mostram que, em 1920, a população estrangeira presente no censo era de 1.565.961. Desse total, 41% eram mulheres, e 59%, homens, confirmando o que a literatura socioeconômica tem consagrado: a imigração é um movimento masculino, sobretudo no caso destes levantamentos que consideram apenas a primeira geração. Os números mostram que houve a continuidade da masculinização deste processo, embora nos últimos 20 anos esta tendência tenha sido atenuada e estejamos caminhando para um equilíbrio entre os sexos. O fluxo imigratório decresceu, e as mulheres surgem com mais força nele (Tabela 1).

Tabela 1
Brasil, população estrangeira, segundo sexo

Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	922.958	59%	643.003	41%	1.565.961
1940	793.276	56%	613.292	44%	1.406.568
1950	679.962	56%	534.222	44%	1.214.184
1960	683.919	55%	568.548	45%	1.252.467
1970	671.375	55%	557.753	45%	1.229.128
1980	599.986	54%	510.924	46%	1.110.910
1991	463.159	56%	358.631	44%	821.790
2000	365.761	53%	318.071	47%	683.832

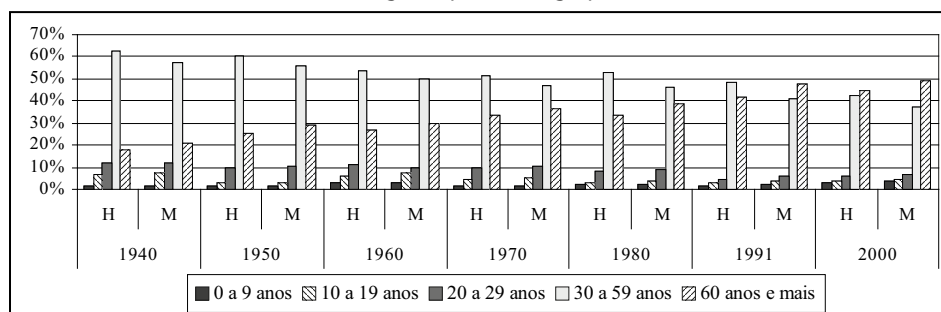
Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Nota: Estão incluídos os estrangeiros naturalizados.

Os censos demográficos, com exceção daquele realizado em 1920, permitem desagregar a população estrangeira por sexo e grupos de idade. O resultado está apresentado no Gráfico 1. A imigração concentra-se nos adultos e idosos, tanto homens como mulheres. Apenas na faixa etária infantil (0 a 9 anos) há um equilíbrio entre os sexos; nas demais, predominam os homens, mas as mulheres seguem também o perfil de imigrantes mais velhas. Expressando a transição demográfica em curso nos censos de 1991 e 2000, a maior taxa de participação por faixa etária feminina entre os maiores de 60 anos. Notem que se pode concluir que a imigração

de famílias com crianças pequenas não foi uma realidade, pelo menos para os últimos 50 anos do século XX.

Gráfico 1
Brasil – Estrangeiros por sexo e grupos de idade



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Os estrangeiros por nacionalidade

Os portugueses foram os primeiros imigrantes que chegaram às *terras brasilis*, para tomar posse da terra. Esta era habitada por uma população nativa chamada pelos ibéricos de “*os negros da terra*” que foram submetidos à escravidão. Muitos resistiram, outros sucumbiram ou aculturaram-se aos novos senhores vindos de Portugal. Depois chegaram os escravos africanos numa onda de 300 anos num processo de migração forçada. Só no século XIX, uma outra onda branca chegou da Europa para completar a miscigenação do povo brasileiro – índios, negros e brancos. As Tabelas 2 e 3 arrolam para o século XX, através dos dados dos censos demográficos, os estrangeiros presentes na sociedade brasileira discriminados por nacionalidade.

Da predominância dos brancos portugueses nos séculos anteriores, o final do século XIX e as primeiras décadas do XX assistiram à chegada de italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães, expulsos pela desestruturação da economia camponesa tradicional. Em 1920, o maior contingente de estrangeiros presentes na população brasileira era de italianos, seguidos de perto pelos portugueses e mais de longe por espanhóis como demonstra a Tabela 2. Ao longo do século XX, os imigrantes portugueses e a categoria “outras nacionalidades” mantêm sua importância nesse processo. Os japoneses têm a peculiaridade de ser uma imigração das primeiras décadas do século passado e diminuem sua participação no decorrer do período. No total do século XX em 1991, a distribuição da população estrangeira por nacionalidade residente no Brasil era 34% portuguesa, 10% de origem japonesa, 8% de italianos, 7% de espanhóis, 2,6% de alemães e o restante de outras nacionalidades. Este é o retrato da presença dos imigrantes brancos e asiáticos no Brasil. Aparentemente, no final do século, uma página foi virada, e a sociedade brasileira torna-se na entrada do século XXI uma terra de emigração.

Tabela 2
Estrangeiros* por sexo segundo a nacionalidade

Ano	Alemanha		Espanha		Itália		Portugal		Japão		Outra		Total de Estrangeiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1920	29.778	23.092	122.329	96.813	305.023	253.382	291.198	142.379	16.397	11.579	158.233	115.758	922.958	643.003
1940	52.914	44.191	85.444	75.113	172.952	152.353	221.195	136.979	98.437	68.239	162.334	136.417	793.276	613.292
1950	35.527	30.287	69.909	61.699	130.023	112.314	206.304	130.552	70.612	58.580	167.587	140.790	679.962	534.222
1960	26.924	25.237	77.166	66.914	98.283	89.094	247.119	183.928	81.542	67.596	152.885	135.779	683.919	568.548
1970	26.868	24.860	69.871	60.251	82.001	70.800	247.197	190.786	83.879	70.127	161.559	140.929	671.375	557.753
1980	21.420	20.333	52.882	45.633	58.895	49.895	216.724	175.937	75.622	63.858	174.443	155.268	599.986	510.924
1991	12.304	12.025	31.270	26.618	36.201	30.094	140.320	123.290	44.770	40.802	144.294	125.802	463.159	358.631

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1940-1991.
*Incluindo os Estrangeiros Naturalizados.

Tabela 3
Estrangeiros* por sexo segundo a nacionalidade

Ano	Alemanha		Espanha		Itália		Portugal		Japão		Outra		Total de Estrangeiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1920	3,2%	3,6%	13,3%	15,1%	33,0%	39,4%	31,6%	22,1%	1,8%	1,8%	17,1%	18,0%	922.958	643.003
1940	6,7%	7,2%	10,8%	12,2%	21,8%	24,8%	27,9%	22,3%	12,4%	11,1%	20,5%	22,2%	793.276	613.292
1950	5,2%	5,7%	10,3%	11,5%	19,1%	21,0%	30,3%	24,4%	10,4%	11,0%	24,6%	26,4%	679.962	534.222
1960	3,9%	4,4%	11,3%	11,8%	14,4%	15,7%	36,1%	32,4%	11,9%	11,9%	22,4%	23,9%	683.919	568.548
1970	4,0%	4,5%	10,4%	10,8%	12,2%	12,7%	36,8%	34,2%	12,5%	12,6%	24,1%	25,3%	671.375	557.753
1980	3,6%	4,0%	8,8%	8,9%	9,8%	9,8%	36,1%	34,4%	12,6%	12,5%	29,1%	30,4%	599.986	510.924
1991	2,7%	3,4%	6,8%	7,4%	7,8%	8,4%	30,3%	34,4%	9,7%	11,4%	31,2%	35,1%	463.159	358.631

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1940-1991.
*Incluindo os Estrangeiros Naturalizados.

Um olhar sobre a imigração portuguesa

A pouca atenção dada por muitos historiadores à imigração portuguesa talvez se deva à pouca expressão desses imigrantes para a economia cafeeira, ou mesmo porque eles acabaram se diluindo no conjunto da população. Alguns autores, como Graham & Merrick (1981), compreenderam a imigração portuguesa pós-1872 como a continuidade do tradicional fluxo migratório entre Portugal e Brasil desde o período colonial. Já os estudiosos portugueses, Miriam Halpern Pereira (1981) e Joaquim da Costa Leite (2000), demarcam nitidamente uma diferença no padrão migratório entre os dois países antes e depois de 1870.

O século XX chegou às terras portuguesas expulsando a realeza com a Proclamação da República em 1910, até que em 1926 um golpe derruba o regime democrático e paulatinamente instaura-se um governo de exceção, que culminará com a ascensão de Antônio de Oliveira Salazar. Inicialmente como ministro, ele passa a presidente do Conselho em 5 de julho de 1932 e, finalmente, assume o poder absoluto com a instituição do Estado Novo Corporativo em abril de 1933. A nova Constituição extinguiu os partidos políticos, instalou a censura e impôs uma austera política econômica, na qual a estabilidade era a linha-mestra em detrimento do desenvolvimento econômico e cultural. Salazar ficou no poder durante 35 anos (1933-1968), até a grave enfermidade que o levou à morte. A turbulência política e o baixo crescimento econômico refletem-se em intensa emigração. Nos anos compreendidos entre 1901 e 1930, um milhão de portugueses saíram de Portugal: 69,5% destes vieram “fazer o Brasil”, 15,7% foram para os Estados Unidos da América. O continente americano foi o grande destino nas primeiras décadas do século XX (ver LOBO, 1994).

Ao longo dessas décadas, Portugal viveu um crescimento medíocre, salvo os anos da segunda Grande Guerra (1939-1945), nos quais obteve *superávits* extraordinários na balança comercial. No entanto, nem mesmo isso foi aproveitado adequadamente. A vida da população era penosa: entre 1927 e 1946, os salários reais dos trabalhadores rurais caíram cerca de 30%, desemprego, longas jornadas de trabalho assombravam o povo pobre português. Neste quadro, a alternativa de emigrar era uma solução, e o Brasil, a principal nação de destino deste povo.

A crise de 1929, que perturbou a economia mundial, logo chegou ao Brasil, levando à política de defesa do café nos anos 1930, o que, segundo Celso Furtado (1974), exerceu o papel vital de favorecer o crescimento da renda nacional e de colocar o país na rota do processo de industrialização por substituição de importações. O significado da chamada Revolução de 1930 na sociedade brasileira não é objeto deste trabalho, mas a crise da oligarquia cafeeira acabou engendrando um novo pacto político que derrubou a elite da República Velha. Este pacto adquiriu um novo contorno

numa aliança difusa entre burguesia mercantil-industrial, camadas médias urbanas e trabalhadores fabris, que impulsionou a industrialização nacional.

O governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) foi vivido no auge da crise do setor externo nacional e da depressão econômica mundial. O café, principal produto de exportação do país, acumulava grandes estoques, e uma grande safra era esperada para 1933. Falências e desemprego dominavam o cenário. Neste quadro de desemprego, não havia como receber mão de obra estrangeira e o recém-criado Departamento do Trabalho, e logo depois o Ministério do Comércio, da Indústria e do Trabalho, elaboram uma legislação restritiva à entrada de estrangeiros no país, como já foi discutido. Os portugueses, no entanto, não foram tratados da mesma forma. Como o governo Vargas entendia que os portugueses tinham um papel importante na formação histórica da nacionalidade brasileira, e um maior poder de adaptação pelo uso comum do mesmo idioma, as regras foram menos rígidas para seus pedidos de nacionalização e tratamento no mercado de trabalho.

Também enfocando a imigração portuguesa para o Brasil, Eulália Lobo realça sua importância e conclui que a dinâmica do mercado de trabalho industrial do Rio de Janeiro foi diferente daquele de São Paulo. Na capital federal, os imigrantes disputaram postos de trabalho lado a lado com pretos e pardos, ao passo que, em São Paulo, os imigrantes deslocaram a mão de obra afro-brasileira para a marginalidade.

A vinda dos portugueses para o Rio de Janeiro seguia uma vasta rede de recrutamento de mão de obra, que se iniciava com os párocos das comunidades rurais portuguesas, e conduzia os trabalhadores até as casas comerciais e indústrias do Distrito Federal. Uma vez fixados na cidade, os imigrantes se inseriam no mercado de trabalho carioca de forma similar aos brasileiros, isto é, recebiam salários aviltados e se submetiam a longas jornadas de trabalho.

A maneira pela qual os portugueses foram atraídos para o Brasil na virada do século XX revela outra importante característica distinta do caso italiano. Enquanto no Rio de Janeiro a imigração portuguesa foi um fenômeno privado, em São Paulo o transporte dos italianos foi parcialmente subsidiado pelo Governo estadual. O Poder Público, portanto, não contribuiu para a questão da mão de obra na gênese do mercado de trabalho industrial carioca, ao passo que o Governo de São Paulo manteve a política de subvencionar a imigração desde finais da década de 1880 até o ano de 1927.⁵

⁵ Segundo dados de Villela & Suzigan (1973), as subvenções públicas foram responsáveis pelo ingresso de 63,4% dos imigrantes entre 1888 e 1890; 79,9% dos imigrantes entre 1891 e 1900; caindo para 36% dos ingressos no período entre 1911 e 1915. Mesmo reduzida no pós-guerra, a política pública de subvenção à imigração persistiu até o ano de 1927 (*Política do Governo e crescimento da economia brasileira*, tab. B.10, p. 249; MARQUES, 1998).

Se, no plano macroeconômico, o Estado transferiu renda para os produtores paulistas, no plano individual o ato de emigrar implicou custos pessoais pesados para os migrantes, fosse para onde fosse. Os portugueses chegavam quase sempre solteiros e duplamente endividados: com os contratadores e com a família, os pais e irmãos deixados em Portugal (PEREIRA, 1981). Os italianos também contraíam dívidas na viagem, mas traziam consigo a família, e, quando chegavam ao Brasil, todos se engajavam no mercado de trabalho para garantir o sustento do núcleo familiar.

Não por acaso o comportamento dos imigrantes portugueses chamou a atenção do cônsul norte-americano em 1922, que comentou: “os trabalhadores portugueses, em particular, fazem qualquer coisa para preservar o seu emprego”.⁶ Em outros termos, os imigrantes portugueses não contavam com outros membros da família para garantir o nível de renda pessoal. Eis aí uma razão possível para que se tivesse fixado entre os contemporâneos a imagem desses imigrantes como trabalhadores incansáveis.

Os censos demográficos permitem construir a evolução da imigração para o Brasil, pelo menos na primeira geração. A Tabela 2 discrimina as principais nacionalidades que vieram fazer a América e constata-se que os portugueses mantiveram um fluxo significativo ao longo do século XX, provavelmente devido à facilidade de adaptação e também ao crescimento econômico. Há uma percepção de que a imigração é uma decisão dos adultos e que os homens são os primeiros que migram para outras terras em busca de melhores condições de vida. Vejam as tabelas deste trabalho. Todos os dados censitários apresentados foram desagregados por sexo e há sempre um predomínio masculino nesta população. De cerca de 1/3 dos imigrantes portugueses em 1920, a população feminina de nacionalidade portuguesa foi crescendo sua participação para, em 1991, significar 47% dos imigrantes portugueses (Tabela 4).

Tabela 4
Brasil, população portuguesa, segundo sexo

Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	291.198	67%	142.379	33%	433.577
1940	221.195	62%	136.979	38%	358.174
1950	206.304	61%	130.552	39%	336.856
1960	247.119	57%	183.928	43%	431.047
1970	247.197	56%	190.786	44%	437.983
1980	216.724	55%	175.937	45%	392.661
1991	140.320	53%	123.290	47%	263.610

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1920-1991.

Nota: Em 2000 não houve abertura por nacionalidade

⁶ Cônsul dos EUA em São Paulo, relatório de 1922. Citado por G. Andrews (1991, p. 85).

A distribuição da população estrangeira e portuguesa no território brasileiro

Os dados censitários permitem conhecer a distribuição da população estrangeira pelas unidades da federação brasileira de 1920 até 1991, quando a metodologia foi mudada. Apenas o censo demográfico de 1960 não apresentou esta variável. O censo de 1920, o primeiro analisado neste trabalho, mostra que a participação dos estrangeiros é pouco significativa no conjunto da população e também que esta população está concentrada em alguns locais do território nacional.

Foram organizadas tabelas separadas para cada levantamento censitário. Estas fazem a distribuição da população estrangeira e da população residente para cada unidade da federação por sexo. Sendo a população de origem portuguesa o objeto maior de nossa análise, seus dados também foram desagregados separadamente. Este método permite conhecer a proporção de estrangeiros e de portugueses no estado em relação ao total da população estrangeira e, particularmente, da portuguesa. Um problema desta metodologia é que o retrato apresentado em cada levantamento censitário mostra apenas a primeira geração da população estrangeira, pois a segunda já nasceu no Brasil. Em 1920, a população estrangeira era apenas 5,1% da população residente no país; em 1940, esta taxa de participação caiu para 3,4%; em 1950, chegou a 2,3% e assim sucessivamente até a taxa de participação em 1980 de 0,9%. Como o fluxo migratório foi decrescendo ao longo do século e estes dados não captam os descendentes dessa população, a diminuição comprova apenas o estancamento da imigração.

A observação destes dados permite concluir – e os demais censos corroboram esta conclusão – que a proporção de estrangeiros na população brasileira é concentrada em alguns espaços geográficos. Em alguns locais, como o estado de São Paulo e o Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro),⁷ a participação dos estrangeiros é bastante significativa. Há outras unidades da federação em que a população estrangeira teve alguma expressão, como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. As demais apresentam uma população estrangeira muito baixa. Neste grupo, podem-se apontar aquelas com uma população estrangeira acima de um ponto percentual, tais como: Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Amazonas e Mato Grosso. As restantes contam apenas com traços. É óbvio que esta caracterização reflete a situação nas datas dos levantamentos censitários e não o passado da presença de imigrantes no processo de colonização nacional, como aconteceu, por

⁷ A cidade do Rio de Janeiro teve uma organização administrativa diferenciada das demais regiões. Sediou a capital da colônia desde 1763, foi transformada em município neutro no Império e depois no Distrito Federal na República. Com a mudança da capital federal para Brasília em 1960, foi transformada em estado da Guanabara e finalmente foi incorporada ao estado do Rio de Janeiro em 1975.

exemplo, em Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Amazonas (ver LEVY, 1974). A Tabela 5 ilustra este fato para 1920.

Tabela 5
Portugueses e estrangeiros, segundo unidades da federação por sexo, 1920

	Portugueses		Total de Estrangeiros		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alagoas	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	3,1%	3,3%
Amazonas	2,0%	1,3%	1,3%	0,8%	1,3%	1,1%
Bahia	0,9%	0,5%	0,9%	0,4%	10,7%	11,1%
Ceará	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	4,1%	4,5%
Distrito Federal	40,4%	38,4%	16,8%	13,1%	3,9%	3,7%
Espírito Santo	0,5%	0,3%	1,2%	1,3%	1,6%	1,5%
Goiás	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	1,7%	1,7%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	2,8%	2,9%
Mato Grosso	0,4%	0,2%	1,7%	1,4%	0,9%	0,7%
Minas Gerais	4,6%	3,4%	5,8%	5,1%	19,3%	19,1%
Pará	3,9%	2,1%	1,7%	0,9%	3,3%	3,2%
Paraíba do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,0%	3,2%
Paraná	0,5%	0,3%	3,8%	4,3%	2,3%	2,2%
Pernambuco	1,3%	0,7%	0,9%	0,5%	6,8%	7,2%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Rio de Janeiro	7,3%	5,1%	3,8%	2,5%	5,1%	5,1%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,8%
Rio Grande do Sul	2,5%	1,5%	9,4%	10,0%	7,1%	7,1%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	2,2%	2,2%	2,2%
São Paulo	35,0%	45,9%	50,1%	57,2%	15,4%	14,6%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	1,6%
Acre	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%
Total	291.198	142.379	922.958	643.003	15.452.818	15.191.888

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1920.

Outra forma de analisar estes dados é relacionar a população estrangeira com a população de unidade da federação, para conhecer o peso relativo dos estrangeiros na sociedade local. O Distrito Federal (20,6%) e o estado de São Paulo (18%) concentram 38,6% da população estrangeira que vivia no Brasil em 1920. Agregando o Paraná (9,1%), Rio Grande do Sul (6,9%) e Santa Catarina (4,6%), esta concentração fica em 59,2%.

As duas principais regiões receptoras da população estrangeira, o Distrito Federal e o estado de São Paulo, embora signifiquem o *locus* privilegiado da riqueza nacional no século XX, apresentam dinâmicas diversas na absorção dessa população. A cidade do Rio de Janeiro é capital federal e um entreposto comercial e financeiro; o território

paulista, o polo industrial e agropecuário mais dinâmico da economia nacional. As diferenças entre as duas economias resultam em dinâmicas diversas para entender o fenômeno imigratório.

Não resta dúvida de que a imigração portuguesa foi para a cidade do Rio de Janeiro uma questão especial: dos 433.577 imigrantes portugueses que viviam no Brasil por ocasião do censo, 39,74%, ou 172.338 pessoas habitavam a cidade do Rio de Janeiro. Ao se agregar a população de origem portuguesa de todo o estado do Rio de Janeiro (6,6%), esta taxa de participação passa para 46,3% dos portugueses que viviam no Brasil. Em uma comparação similar, a cidade de São Paulo abrigava 14,91% da colônia portuguesa, mas, considerando o total no estado, esta taxa de participação aumenta para 38,5%.⁸ Portanto, no grande eixo Rio-São Paulo estavam concentrados cerca de 85% dos imigrantes portugueses. Analisando os dados de uma forma diferente, isto é, considerando a população estrangeira do Distrito Federal e do estado paulista, observa-se que na capital federal (DF) o peso dos portugueses na população estrangeira local era extremamente significativo. Eles representavam 72% de todos os estrangeiros da cidade, o que faz do Rio de Janeiro uma cidade portuguesa, como afirma Carlos Lessa (2000). No estado de São Paulo, a participação relativa dos portugueses era de 20% da população estrangeira.

Saltando para o censo de 1940 (Tabela 6), nota-se que a população estrangeira diminuiu, talvez refletindo o rigor da legislação nacional e a conjuntura internacional. Diante do crescimento da população nacional, os estrangeiros têm um peso menor na população residente nacional (3,4%), mas esta participação é relativizada quando se considera a distribuição diferenciada pelo território brasileiro. Continua a concentração em torno do eixo mais dinâmico da economia brasileira: o estado de São Paulo e o Distrito Federal detêm 74% dos estrangeiros. Considerando o antigo estado do Rio de Janeiro, esta taxa de participação sobe para cerca de 77%, menos que em 1920, mas, ainda assim, muito significativa (Tabela 7).

Considerando as populações regionais, o Distrito Federal apresenta ainda uma maior concentração de estrangeiros: estes são 13% da sua população. No estado de São Paulo, esta taxa de participação é de 11,3%, seguindo-se o Paraná com 5,3%, Rio Grande do Sul com 3,3%, o estado de Santa Catarina com 2,3%.

⁸ Recenseamento Geral do Brasil, 1920, v. II, 1ª parte, p. L, LVII.

Tabela 6
Portugueses segundo unidades da federação por sexo, 1940

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Acre	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,9%	0,7%	0,6%	0,5%	1,1%	1,0%
Pará	1,8%	1,2%	0,9%	0,6%	2,3%	2,3%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,0%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,0%	5,2%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	3,4%	3,5%
Pernambuco	1,0%	0,5%	0,6%	0,4%	6,3%	6,7%
Alagoas	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,4%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,4%
Bahia	0,6%	0,4%	0,7%	0,4%	9,3%	9,7%
Minas Gerais	2,7%	2,0%	3,4%	3,0%	16,3%	16,3%
Espírito Santo	0,4%	0,2%	0,8%	0,8%	1,8%	1,8%
Rio de Janeiro	6,2%	4,8%	3,1%	2,3%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	41,5%	39,2%	17,5%	14,7%	4,2%	4,3%
São Paulo	40,7%	48,4%	55,7%	60,7%	17,8%	17,0%
Paraná	1,0%	0,8%	4,6%	4,9%	3,1%	2,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	1,9%	2,9%	2,8%
Rio Grande do Sul	2,2%	1,4%	7,7%	7,9%	8,0%	8,0%
Goiás	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	2,0%	2,0%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,5%	1,1%	1,0%
Total do Brasil	240.138	140.187	793.276	613.292	20.614.088	20.622.227

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940.

* Estrangeiros e Naturalizados

Na Tabela 7, apresentam-se os resultados do censo demográfico de 1950. A imigração continua diminuindo, e a taxa de participação de estrangeiros na população residente brasileira foi de 2,3%. Vale observar que, em relação a sua população, as unidades da federação que concentram uma maior participação de estrangeiros foram o Distrito Federal e o Rio de Janeiro com 10,5% deles em sua população residente. Já São Paulo apresenta 7,6% e, mostrando a abertura de fronteiras, aparecem o antigo território de Guaporé (atual Rondônia) com 5,7% e Mato Grosso com 3,8%, e, em seguida, o estado do Paraná com 3,6%. Notem que as antigas áreas receptoras de imigrantes do final do século XIX e início do XX, como Rio Grande do Sul (1,9%) e Santa Catarina (1,2%), são habitadas por seus descendentes, agora brasileiros natos.

Tabela 7
Portugueses segundo unidades da federação por sexo, 1950

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte						
Guaporé	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Acre	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	1,0%	1,0%
Rio Branco	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pará	1,5%	1,0%	0,8%	0,5%	2,2%	2,1%
Amapá	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%
Nordeste						
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,1%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,1%	5,3%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	3,4%
Pernambuco	0,8%	0,5%	0,5%	0,4%	6,4%	6,7%
Alagoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,2%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Leste						
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,3%
Bahia	0,5%	0,3%	0,9%	0,4%	9,1%	9,5%
Minas Gerais	2,2%	1,5%	2,9%	2,5%	14,8%	14,9%
Serra dos Aimorés	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%
Espírito Santo	0,3%	0,2%	0,5%	0,5%	1,7%	1,6%
Rio de Janeiro	6,9%	5,3%	3,3%	2,7%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	40,0%	39,3%	18,1%	16,3%	4,5%	4,7%
Sul						
São Paulo	42,6%	48,5%	55,1%	59,6%	18,0%	17,2%
Paraná	1,5%	1,2%	6,3%	6,4%	4,2%	3,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,6%	1,5%	3,0%	3,0%
Rio Grande do Sul	2,0%	1,2%	6,5%	6,4%	8,0%	8,0%
Centro-Oeste						
Goiás	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	2,4%	2,3%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,6%	1,0%	1,0%
Total do Brasil	206.324	130.552	679.882	534.222	26.885.001	26.059.396

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950.

* Estrangeiros e Naturalizados

Os portugueses seguem a lógica de grande concentração no eixo dinâmico da economia brasileira, o Distrito Federal/São Paulo. Aproximadamente 84,7% deles vive na cidade do Rio de Janeiro e no estado paulista. Acrescentando-se o velho estado do

Rio de Janeiro, a concentração passa para 91% dos portugueses no Brasil. A presença portuguesa no espaço carioca e fluminense é, assim, uma característica da relação Brasil e Portugal (Tabela 7).

Devido à lacuna do censo de 1960 com relação à desagregação da população estrangeira por nacionalidade nas unidades da federação, a Tabela 8 apresenta os dados para o censo demográfico de 1970. Agora a população estrangeira significa apenas 1,3% da população residente no Brasil. As terras de economia dinâmica continuam a exercer maior atração. Sendo assim, o chamado estado da Guanabara (ex-Distrito Federal), mais o antigo estado do Rio de Janeiro juntos somam 6,5% desta população; o estado de São Paulo, 4,0%; a fronteira Rondônia (ex-Guaporé), 1,7%; Mato Grosso, 1,6%; o estado do Paraná, 1,2%.

Olhando para a distribuição da população estrangeira no Brasil, observa-se que eles se concentram maciçamente no estado de São Paulo (57,2%), coração do desenvolvimento industrial nacional, seguido da Guanabara e do Rio de Janeiro (23,1%), ainda o segundo polo industrial do país. Seguem-se os estados do Paraná (6,5%), Rio Grande do Sul (4,2%) e Mato Grosso (2,0). Tem-se, assim, uma conjunção de antigas regiões de núcleos colonizadores e a fronteira de negócios nacional.

Os portugueses, por sua vez, continuam concentrados no eixo Rio/São Paulo, mas agora o estado paulista tem uma taxa de participação de 49% dos portugueses que vivem no país, e a Guanabara e o estado do Rio de Janeiro ficam com 44%, o que significa 93% dos portugueses no território brasileiro. Esta queda na tradicional concentração carioca/fluminense expressa a perda de dinamismo na economia e a transferência da capital federal para o planalto central.

O censo demográfico de 1980, apresentado na Tabela 9, demonstra que a atração que o Brasil exercia em novos imigrantes havia chegado ao fim, apesar do vigoroso processo de crescimento da economia nacional. A Europa e o Japão não eram terras de conflito e pobreza, e a imigração agora será dos países da periferia do capitalismo. Inicia-se o êxodo de latino-americanos, africanos, asiáticos das antigas colônias europeias para os Estados Unidos e Europa Ocidental. Vejam que a população estrangeira não representa nem mais 1% da população nacional (0,9%).

Tabela 8
Portugueses segundo unidades da federação por sexo, 1970

	Portugueses*	Estrangeiros e Naturalizados	População Residente
Norte			
Rondônia	0,0%	0,1%	0,1%
Acre	0,0%	0,1%	0,2%
Amazonas	0,2%	0,3%	1,0%
Roraima	0,0%	0,0%	0,0%
Pará	0,7%	0,7%	2,3%
Amapá	0,0%	0,0%	0,1%
Nordeste			
Maranhão	0,1%	0,1%	3,2%
Piauí	0,0%	0,0%	1,8%
Ceará	0,0%	0,1%	4,7%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	1,7%
Paraíba	0,0%	0,0%	2,6%
Pernambuco	0,5%	0,5%	5,5%
Alagoas	0,0%	0,0%	1,7%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%
Sergipe	0,0%	0,0%	1,0%
Bahia	0,3%	0,8%	8,0%
Sudeste			
Minas Gerais	1,0%	2,1%	12,3%
Espírito Santo	0,1%	0,3%	0,9%
Rio de Janeiro	8,5%	4,7%	5,1%
Guanabara	35,6%	18,4%	4,6%
São Paulo	49,3%	57,2%	19,1%
Sul			
Paraná	1,9%	6,5%	7,4%
Santa Catarina	0,1%	0,8%	3,1%
Rio Gande do Sul	1,1%	4,2%	7,2%
Centro-Oeste			
Goiás	0,1%	0,5%	3,2%
Mato Grosso	0,2%	2,0%	1,7%
Distrito Federal	0,2%	0,4%	0,6%
Total do Brasil	410.216	1.229.128	93.139.037

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970.

* Estrangeiros não naturalizados

A distribuição da população estrangeira permanece com o mesmo desenho do pós-guerra. Assim, praticamente 80% vivem nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (depois da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro). Embora a riqueza paulista seja um grande polo de atração, e 56,5% dos estrangeiros habitem em São Paulo, a ex-capital federal, atualmente estado do Rio de Janeiro, mantém ainda uma

fração importante desta população estrangeira como mostram os dados da Tabela 9. Os antigos núcleos colonizadores dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul somam 10,5%, e os 10% restantes espalham-se pelo território nacional.

Tabela 9
Portugueses segundo unidades da federação por sexo, 1980

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte						
Rondônia	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%
Acre	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,3%	0,2%
Amazonas	0,3%	0,2%	0,5%	0,4%	1,2%	1,2%
Roraima	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Pará	0,7%	0,6%	0,9%	0,7%	2,9%	2,8%
Amapá	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Nordeste						
Maranhão	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	3,4%	3,3%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,8%
Ceará	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	4,4%	4,5%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	1,6%	1,6%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	2,3%	2,4%
Pernambuco	0,7%	0,6%	0,7%	0,5%	5,0%	5,3%
Alagoas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	1,6%	1,7%
Fernando de Noronha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,9%	1,0%
Bahia	0,6%	0,4%	1,2%	0,9%	7,9%	8,0%
Sudeste						
Minas Gerais	1,5%	1,3%	2,5%	2,0%	11,3%	11,2%
Espírito Santo	0,2%	0,1%	0,4%	0,3%	1,7%	1,7%
Rio de Janeiro	43,2%	41,7%	23,1%	21,7%	9,3%	9,6%
São Paulo	48,5%	51,6%	54,9%	58,4%	21,2%	20,9%
Sul						
Paraná	1,7%	1,6%	6,0%	5,9%	6,5%	6,3%
Santa Catarina	0,2%	0,1%	1,0%	0,9%	3,1%	3,0%
Rio Grande do Sul	1,1%	0,9%	4,5%	4,5%	6,5%	6,6%
Centro-Oeste						
Goiás	0,2%	0,1%	0,6%	0,5%	3,3%	3,2%
Mato Grosso	0,1%	0,1%	0,4%	0,3%	1,0%	0,9%
Mato Grosso do Sul	0,3%	0,1%	1,4%	1,4%	1,2%	1,1%
Distrito Federal	0,3%	0,3%	0,9%	0,8%	1,0%	1,0%
Total do Brasil	187.780	161.035	599.986	510.924	59.142.833	59.868.219

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980

* Estrangeiros não naturalizados.

À guisa de conclusão

Este trabalho analisou o ingresso de imigrantes no Brasil no século XX, observando estes dados num corte de gênero. Julgamos ser esta perspectiva uma forma pioneira de se avaliar o papel feminino no processo imigratório. É um estudo ainda preliminar da imigração e destacamos que o foco foi a imigração portuguesa para o Brasil, detalhando-se, dentro do possível, o caso do Rio de Janeiro. Estudar a imigração contribui para se aprofundar a análise da estrutura étnica do mercado de trabalho nacional. Talvez a exploração de outras fontes ou apenas outro olhar possam desfazer verdades estabelecidas, sobretudo a respeito da questão étnica e de gênero.

As informações sobre a entrada de estrangeiros no país provêm de variadas fontes e a compatibilização delas nem sempre é possível. Este trabalho utilizou apenas os dados coletados nos censos demográficos realizados ao longo do século XX. Estes inquéritos, através de uma pergunta sobre país de nascimento, para pessoas não naturais do Brasil, permitiram identificá-las pelo país de origem. No entanto, isto é possível apenas para a geração dos que imigraram. Em relação a seus filhos, já nascidos no Brasil, a informação sobre a origem se perde. Portanto, não é possível utilizar dados censitários para se estudar os descendentes dos imigrantes por mais de uma geração, a não ser por hipótese e modelos estatísticos.

A simples observação dos dados censitários nos permite concluir que a proporção de estrangeiros na população brasileira concentra-se em alguns espaços geográficos. Em certos locais, a participação dos estrangeiros é bastante significativa como o estado de São Paulo e o ex-Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro). Ao longo dos anos estudados, houve um permanente fluxo imigratório, que, aos poucos, foi diminuindo.

As estatísticas censitárias apontam para certa permanência do processo de masculinização do fluxo imigratório ao longo do século XX, embora nos últimos 20 anos essa tendência tenha sido atenuada. Os últimos censos demográficos já revelam um certo equilíbrio entre os sexos. Talvez, o fato de o fluxo imigratório decrescer explique o surgimento das mulheres com mais força no processo. No entanto, esta mudança também pode estar relacionada às transformações do papel feminino nas últimas décadas do século passado. As mulheres foram estimuladas a entrar fortemente no mercado de trabalho, e isso deve ter favorecido a imigração feminina. Este trabalho também aponta para a maior imigração de adultos. Não há uma imigração familiar, e os casamentos acontecem depois do estabelecimento das pessoas no país. A presença de crianças nos dados é, assim, irrelevante.

Não resta dúvida de que a imigração portuguesa foi especial para a cidade do Rio de Janeiro: o peso dos portugueses na população estrangeira local era extremamente significativo. Eles totalizaram 72% deste contingente, logo, praticamente todos os

estrangeiros da cidade eram portugueses, o que faz do Rio de Janeiro uma cidade portuguesa, como afirma Lessa (2000). Já em São Paulo, a participação relativa dos portugueses era de cerca de 20% da população estrangeira.

Abstract: This paper analyses the data of Portuguese immigration in population censuses held in Brazil between 1900 and 1980. The purpose is to draw a profile of resident immigrant population by sex and its regional distribution, as well as to follow the changes that took place in this population in the moments of more and less immigration of Portuguese in Brazil. The basic hypothesis is that, in spite of Portuguese immigrants being the largest foreign contingent in the Brazilian Population by the end of the XXth century, census data keep them invisible, as a function of contradictory census methodologies. This helps feed the social perception of Portuguese as an unspecific immigrant group, diluted in the ensemble of Brazilian population. A gender look concludes that the immigration process was mostly male, but the two last censuses signal a trend towards more balance between sexes.

Keywords: portuguese immigration; historic demography; gender.

(Recebido em novembro de 2008 e aprovado para publicação em janeiro de 2009.)

Referências

- ANDREWS, G. R. *Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.
- BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 2. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1974.
- GRAHAM, Douglas H.; MERRICK, Thomas William. *População e desenvolvimento econômico no Brasil: desde 1800 até a atualidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

- HALL, M. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. PhD Dissertation, Columbia University, 1969.
- HASENBLAG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.
- LEITE, J.C. O Brasil e a Emigração Portuguesa, 1855-1914. In: FAUSTO, B. (Ed.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LESSA, Carlos. *Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8 (Suplemento), 1974.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses em Brasil em Siglo XX*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1994. [A edição brasileira intitula-se *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001].
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- MELO, Hildete Pereira de; ARAÚJO, João Lizardo de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da Cervejaria Brahma. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./ set. 2003.
- PEREIRA, M. H. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A regra do jogo, 1981.
- PESCATELLO, Anne Marie. *The both end of the journey: an historical migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. PH.D. Thesis, University of California, Los Angeles, 1970. Ann Arbor: University Microfilms International, 1986.
- VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. (Monografia, n. 10).